

DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO AOS MEIOS DE CONSUMO COLETIVO: articulando-os para o debate

Márcio José CATELAN*

Introdução

A temática proposta no presente artigo tem como objetivo propor um debate de aproximação entre a perspectiva teórico-metodológica de compreensão dos objetos urbanos enquanto meios de consumo coletivo no contexto do processo de produção do espaço urbano.

A contribuição dada por Lojkin (1981) e Preteceille (1983) passa pela tomada de um debate que centrou as infra-estruturas, os equipamentos e os serviços urbanos no âmbito da teoria marxista, em específico sob a relação entre valor de uso e valor de troca, considerando-se as “condições gerais de produção”. No sentido de adequá-los à sua perspectiva de análise, Lojkin propõe o conceito de “meios de consumo coletivo” para fazer menção às lógicas capitalistas ocorrentes na cidade que tomou não somente o solo como mercadoria, mas também tudo aquilo que o constitui. Nesse contexto, as infra-estruturas, os equipamentos e os serviços urbanos não podem ser vistos como simples objetos estruturantes da cidade, pois integram o processo de produção do espaço e, juntamente com outros elementos, outros fatores e outras dinâmicas, agregam valor ao solo urbano. Os autores, nessa análise, apontam variações que diferenciam os meios de consumo coletivo das mercadorias que desempenham um papel de destaque no processo produtivo, ou seja, aquelas que são produzidas para agregarem valor e gerar lucro ao capitalista e, assim, sustentar o processo de produção. Neste texto, iremos tratar dessa diferenciação buscando analisar a lógica de distribuição dos meios de consumo coletivo no âmbito do processo de produção do espaço urbano. Com esse debate, procuraremos demonstrar as condições da espacialização e densidade das infra-estruturas propostas para análise – redes de drenagem pluvial e de pavimentação –, articulando-as às condições atuais do espaço urbano de Bauru/SP.

Palavras-chave: Produção do espaço urbano; meios de consumo coletivo; rede de drenagem pluvial e de pavimentação; cidades médias; Bauru.

Os Meios de Consumo Coletivo como teoria na Produção do Espaço Urbano

Um processo de consumo é definido por uma unidade social de consumo, conjunto organizado de indivíduos, e as diferentes relações sociais, a que demos precisão, que definem a relação entre eles e suas relações com os meios de consumo. Mas pode haver, e há na maioria dos casos, vários meios de consumo apropriados neste processo, e vários tipos de relações sociais de consumo imbricados” (PRETECEILLE, 1983, p. 47).

A vivência urbana é constituída por dimensões que ora se distinguem, ora se complementam. Duas delas – a individual e a coletiva – são responsáveis por diferenciar a forma como são consumidos os meios estruturantes do tecido urbano e da vida social. De acordo com as infra-estruturas tomadas para análise, nosso foco analítico recairá sobre os meios de consumo, na cidade, que são caracterizados como coletivos.

Ao propormos um estudo sobre a implantação e distribuição das infra-estruturas urbanas do subterrâneo (rede de drenagem pluvial) e da superfície (rede de pavimentação), surgiu um “vazio” teórico e metodológico, tendo em vista que havíamos tomado como perspectiva de análise a

* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” – Campus de Presidente Prudente/SP.

produção do espaço urbano baseada em seus aspectos político e econômico. Esse “vazio” se referia à condição das infra-estruturas, dos equipamentos e dos serviços urbanos frente ao debate do processo de produção capitalista do espaço, pois mesmo que este conceito, fundamentado pela teoria de Lefebvre, seja suficiente para abarcar a gama de processos e dinâmicas decorrentes da interação socioespacial nas cidades e designe um amplo arcabouço teórico-metodológico capaz de embasar nossa análise, pareceu-nos necessário que outros conceitos fossem somados a esse debate, tendo em vista que a minúcia na construção do conhecimento nos traz novas perspectivas de análise e novas compreensões sobre as dimensões da interação socioespacial.

Nossa compreensão sobre a preocupação referida surgiu com a leitura de “À Crítica da Economia Política”, em que Marx tratou da relação produção-consumo e que, para nós, pareceu um campo teórico apropriado para pensarmos a distribuição desigual das infra-estruturas das redes de drenagem pluvial e de pavimentação, bem como de outros meios de uso coletivo urbanos. Para Marx (1999, p. 27):

a produção cria os objetos que correspondem às necessidades; a distribuição os reparte de acordo com as leis sociais, a troca reparte de novo o que já está distribuído segundo a necessidade individual, e finalmente, no consumo, o produto desaparece do movimento social, convertendo-se diretamente em objeto e servidor da necessidade individual, satisfazendo-a no desfrute.

Obviamente, Marx não estava se referindo diretamente às infra-estruturas, aos equipamentos e aos serviços urbanos –, mesmo porque o autor faz referência ao consumo individual e não coletivo –, mas os trata sob a lógica determinada pelo modo capitalista de produção, que transformou a relação entre a produção e o consumo na sociedade.

No entanto, mesmo tendo tomado a análise do autor, um conceito ainda faltava para nos referirmos às infra-estruturas propostas para análise e, também, aos equipamentos e aos serviços, de maneira genérica, de modo a colocá-los sob os processos e as dinâmicas da produção do espaço urbano. Avistamos, então, a possibilidade de agregar ao debate a contribuição teórica de Lojkin e a de Preteceille que, sobretudo nas décadas de 1970 e 1980, se dedicaram à construção de um conceito que pudesse explicar, à luz da teoria marxista, a condição das infra-estruturas, dos equipamentos e dos serviços urbanos como objetos que foram tomados enquanto mercadorias. Esse conceito foi denominado pelo primeiro de “meios de consumo coletivos”, ou seja, objetos urbanos inerentes ao processo de produção do espaço urbano, tomados na dimensão da coletividade.

Lojkin (1979, p. 17), ao propor o estudo do papel do Estado na urbanização capitalista, dedicou-se à análise da obra “O Capital” para, antes de se referir aos meios de consumo coletivo, demonstrar que Marx foi “levado a desenvolver um novo conceito para definir a relação entre o processo imediato de produção” para explicar a “‘socialização’ das forças produtivas”, ou seja, “a unidade de produção de um lado, e o processo do conjunto da produção e da circulação do capital de outro: aquilo que ele (Marx) denominou as condições gerais de produção”.

É nesse contexto que Lojkin (1979) desenvolveu sua hipótese no sentido de centrar a urbanização na teoria marxista, pois, para ele, o desenvolvimento da urbanização capitalista repousa sobre o conceito, fundamental, de condições gerais de produção. No entanto, para Lojkin, “trata-se, por um lado, dos meios de consumo coletivo que vêm juntar-se aos meios de circulação, e a concentração espacial dos meios de produção e de reprodução das formações sociais capitalistas, de outro” (LOJKINE, 1979, p. 17).

O debate central que Lojkin (1979) expõe como essencial para compreendermos o porquê de se considerar os meios de consumo coletivo atinentes à produção dos espaços urbanos, focou-se na oposição, colocada por Marx, em relação ao consumo produtivo e ao consumo individual. No que tange às colocações de Marx, segundo Lojkin, “no primeiro, opera como força motriz do capital e pertence ao capitalista; no segundo, pertence a si mesmo (ao trabalhador) e realiza funções vitais fora do processo de produção” (LOJKINE, 1979, p. 18).

Para o autor, os meios de circulação material, por exemplo, participam na esfera das condições gerais de produção, estendendo-os à esfera do consumo produtivo. Nesse processo, o

trabalhador converte em produto os meios de produção consumidos em um valor maior que os gastos aplicados nesses meios pelo capital. Adverte, porém, que:

A compra de mercadorias destinadas a consumir seu valor de uso é paga através de dinheiro agindo como meio de circulação e corresponde a uma despesa de rendimentos e não a um dispêndio de capital: quanto à compra de serviços, de trabalho improdutivo, é paga através de dinheiro e não através do capital. O consumo produtivo opõe-se, na esfera do consumo individual, o consumo improdutivo de valores já produzidos. À primeira vista não há nenhuma razão de colocar os meios de consumo coletivos fora da esfera do consumo final e improdutivo (LOJKINE, 1979, p. 19).

Mesmo chegando a essa análise, Lojkine (1979, p. 24) ainda se pergunta: “Os meios de consumo coletivos entram, então, na esfera do consumo final, da mesma forma que os meios de consumo individuais?”. Imediatamente ele responde:

Não, na medida em que, justamente, sua especificidade é de não ser consumido diretamente pela força de trabalho; ou seja, de não ser objeto da transformação direta do capital variável em salário, em gastos de rendimentos, que possibilitam a compra de mercadorias necessárias à reprodução individual da força de trabalho.

O consumo de meios coletivos como escolas, hospitais, creches, áreas de lazer, praças, iluminação pública, redes de água, esgoto, drenagem pluvial e pavimentação, perpassam por duas formas de apropriação: uma primeira refere-se ao valor de uso que é coletivo, já que serve a uma necessidade social coletiva; a segunda respeita ao valor de troca, determinado na apropriação do solo urbano como mercadoria, portanto não-coletivo, já que são comercializados na venda do solo urbano, com a participação daqueles que detêm o capital, muitas vezes atribuído antes mesmo de seu valor de uso.

Outra consideração realizada pelo autor é que “os meios de consumo coletivos se opõem, entretanto, às condições gerais diretas da produção capitalista – a saber: os meios de circulação material (meios de comunicação) – na medida em que não acrescentam nenhum valor àquele criado no próprio processo de produção” (LOJKINE, 1979, p. 32).

Quanto aos meios de consumo coletivo, possuem capacidade de agregar valor ao solo urbano, o que deve ser relativizado, pois outros fatores como a localização da área, o tipo de atividades a se desenvolver nela, as condições históricas de constituição do grupo social ali residente etc. também participam como definidores das características que irão estabelecer uma tipologia socioespacial para cada área da cidade e, por conseguinte, atribuindo os preços dos lotes, resultando nos padrões de residências conforme o segmento social que adquirirá os lotes.

Contudo, é importante salvaguardar que os meios de consumo coletivo, além de compor o espaço construído, atribuem valor ao solo urbano, ainda que nem sempre e nem para todos seja atribuída a mesma dimensão ou mesma importância na vida cotidiana das cidades, tendo em vista que esse “valor” é um conceito qualificado no âmbito da dimensão econômica e que alguns desses meios passam, também, por valores atinentes às dimensões socioculturais. Os equipamentos como os centros culturais e as áreas de lazer podem ser, geralmente são, menos privilegiados do que as infra-estruturas de pavimentação, principalmente das avenidas e dos distritos industriais, e de serviços como o transporte público, diretamente responsáveis pelas condições gerais de produção dos e nos espaços urbanos.

Além disso, outras dimensões arrolam na produção do espaço urbano, além daquelas às quais acabamos de nos referir. Elas decorrem das práticas socioespaciais e caracterizam-se como mais subjetivas, pois, mesmo não sendo nossa dimensão de análise, devemos atribuir-lhes importância, já que são de extrema relevância numa pesquisa social. No cotidiano urbano, os meios de consumo coletivo são associados, com frequência, ao bem-estar da população nas cidades. No entanto, muitas infra-estruturas, muitos equipamentos ou serviços urbanos caem no descer do

ideário popular, sendo lembrados conforme o grau de problema e deficiência que sua ausência causa aos moradores. Nosso alerta a esse fato advém da preocupação com pesquisas que se dedicam a avaliar as contradições do espaço tomando os meios de consumo coletivo como variável que, por considerá-los apenas enquanto dados quantitativos, acabam por compreendê-los mais no plano empírico, minimizando o debate em torno da caracterização teórica que, a partir deles, pode ser realizada.

O conceito de meios de consumo coletivo amplamente desenvolvido por Lojkin (1979), também aparece na obra de Preteceille (1983), já em seu estudo sobre a produção dos grandes conjuntos habitacionais na França no ano de 1973. A partir de então, o autor passou, juntamente com Lojkin, a realizar um amplo debate sobre a relação da produção e do consumo dos meios coletivo urbanos e seus efeitos sociais na vida urbana. Contudo, Preteceille, a nosso ver, considerou outras dimensões que nos permitem avaliar as dinâmicas dos meios de consumo coletivo.

A análise do autor em relação ao conceito de “meios de consumo coletivo” apresenta alguns desafios, que ele expõe:

Há, certamente, dificuldades no plano empírico para distinguir, no caso de alguns equipamentos coletivos, em que medida são meios de produção ou meios de consumo visto que um mesmo valor de uso intervém em processos sociais de natureza diferente: é o caso da estrada, por exemplo, que serve, ao mesmo tempo, aos deslocamentos individuais e ao transporte de mercadorias. Mas esta dificuldade pode ser superada, precisamente pela análise concreta dos processos sociais; pode-se estudar o tráfego do qual a estrada é o suporte, identificar e mesmo medir os diferentes modos, produtivos ou não, de seu consumo e caracterizar as relações sociais, de propriedade e de apropriação real destes modos (PRETECEILLE, 1983, p. 42).

Preteceille ainda nos apresenta outras observações quanto ao conceito de meios de consumo coletivo. Para o autor, essa noção diz respeito a duas abordagens: a econômica e a sociológica.

Esta distinção é, no entanto, fundamental, do ponto de vista econômico e sociológico, pois se é verdade que os equipamentos coletivos vinculados à produção e à circulação participa, do movimento geral de socialização, eles devem ser analisados dentro da esfera onde produzem seus efeitos (PRETECEILLE, 1983, p. 42).

As dimensões que Preteceille expõe e que são referentes ao conceito em análise revelam-nos um importante ponto a ser considerado: a idéia de que um trabalho como o nosso pode passar a idéia de desvinculação e/ou negação do espaço, tendo em vista que o debate apresentado refere-se aos meios de consumo coletivo. A partir disso, o leitor poderia apontar em nosso trabalho um esvaziamento da perspectiva analítica da teoria da produção do espaço, fundamentada por Lefebvre, que endereçava críticas à análise de Preteceille, afirmando tratar-se de um esquema simplista da abordagem marxista sobre o urbano, já que, para ele, Preteceille foi temerário em realizar uma análise do urbano e de seus aspectos econômicos em demasia voltada para questões como a especulação e o preço do solo (LEFEBVRE, 1990, p. 64). Mesmo assim, Lefebvre (1990, p. 64) reconhece que Preteceille não está errado, mas que o que este autor diz configura apenas “parte de uma nova e imensa realidade que a gente examina mais ou menos” – a produção do espaço –, ou seja, a multiplicidade de dimensões encontradas nesse processo: a social, a econômica, a política, a cultural etc.

A crítica realizada por Lefebvre origina-se de sua contribuição ao propor como abordagem “o conceito de produção capitalista que conseguiu, segundo ele, produzir o espaço sem o espaço”, a qual o autor centrou a cidade como produção de uma dimensão muito além daquela material e de dinâmicas como as do mercado. A produção “de espaço sem o espaço” exige-nos abstrações, muito além de reduzir as dinâmicas do urbano e da cidade a apenas uma das dimensões de análise

supracitadas. Para Lefebvre (1990, p. 64) ao “estudar o espaço é necessário estudar o modo de produção em sentido integral”.

Como compromisso, apontamos que, apesar de adotarmos o conceito e o debate que Lojkin e Preteceille realizaram sobre os meios de consumo coletivo, nosso objetivo é tomá-lo simultaneamente à perspectiva analítica da produção do espaço. Primeiro, porque se trata de um enfoque pautado no arcabouço teórico-metodológico de perspectiva crítico-analítica e, segundo, porque os meios de consumo coletivo não flutuam sobre o espaço, assim como o solo urbano é, incondicionalmente, resultado da relação capitalista de produção. A análise deve ser compreendida amplamente; fragmentá-la é um erro que priva a análise do empírico e de novas perspectivas teóricas.

Para Jaramillo (1986, p. 19), o conceito de meios de consumo coletivo trabalhado, sobretudo, nas Ciências Sociais, para muitos autores uma expressão imprecisa, “gerou intermináveis debates nos quais foi impugnada, reformada, foram redefinidos seus conteúdos, se propuseram substitutos, etc., mas por motivos pragmáticos sempre se voltou a ela”. Outro ponto importante encontrado na compreensão do autor é o referente à relação dos usos coletivos com o espaço. Jaramillo (1986, p. 25) considera, em sua análise do conceito de meios de consumo coletivo, duas importantes dimensões, a nosso ver, que são a espacial e a política.

Assim, o autor chega a uma análise da urbanização capitalista, observando que, na produção da cidade, caracterizada pela relação entre o capital individual e coletivo, o Estado assume parte da provisão dos meios de consumo coletivo. Esse processo intensifica-se, sobretudo, quando os espaços urbanos atingem um porte demográfico que não é acompanhado, paralelamente, pela dotação desses meios. Jaramillo (1986, p. 25) reconhece esse processo quando observa a relação da expansão territorial urbana e os meios de consumo coletivo. Segundo o autor:

vemos que quando as aglomerações urbanas ultrapassam uma certa magnitude, começam a ter importância atividades que de outra maneira não teriam porque tê-la: o transporte e as comunicações intra-urbanas, a eliminação dos dejetos, a regulação do tráfego, o controle da contaminação, etc. Mas para que essas aglomerações cumpram efetivamente os papéis de potencializar a acumulação capitalista, são necessários valores de uso adicionais: provimento de energia de uso industrial e doméstico, água potável, espaço construído para moradia e outros usos, educação, áreas de recreação, seguranças, serviços de saúde, etc.

Tal complexidade na estruturação dos espaços urbanos apresenta, muitas vezes, algumas indefinições, já que complexificam, também, a relação entre as dinâmicas e os processos, dados por um movimento dialético. Para Preteceille (1983, p. 43), tais indefinições advêm de um debate frágil no que se refere à natureza social dos meios de consumo, haja vista que se prioriza muito mais a dimensão econômica, portanto com um debate que não avançou em definições de categorias como o individual e o coletivo, o público e o privado, o quantitativo e o qualitativo. Para o autor a distinção, sobretudo do que seja individual e do que seja coletivo,

é interessante na medida em que circunscreve uma questão importante, ou seja, a das relações econômicas de produção e circulação dos referidos serviços coletivos, mas tem o grande defeito de ignorar a necessidade de uma reflexão aprofundada sobre a própria natureza dos processos de consumo, a especificação e a significação do seu caráter mais ou menos individual ou coletivo, e das relações sociais que os organizam.

A preocupação do autor passa por uma crítica de abordagens normativas que tentam subscrever “uma nomenclatura universal das necessidades do homem e dos meios de as satisfazerem, afastando inteiramente qualquer especificidade social das necessidades, qualquer reflexão sobre os modos de vida das diferentes classes sociais e as determinantes ligadas à sua posição dentro da produção” (PRETECEILLE, 1983, p. 43).

O autor apresenta-nos duas correntes teóricas desenvolvidas de acordo com as abordagens econômicas sobre os meios de consumo coletivo. A primeira corrente, segundo Preteceille (1983, p. 44), analisa os meios de consumo coletivo como aparelhos ideológicos do Estado, de inspiração Althusseriana, “colocando em destaque suas funções de repressão, de integração, de hegemonia política e ideológica. A segunda corrente, segundo ele, foi inspirada na linguagem de Deleuze e Guatarri, de perspectiva neofreudiana, [...] que considera os equipamentos coletivos como um meio de territorialização, de fixação dos fluxos libidinosos”. Porém segundo o autor,

a crítica principal que se pode fazer a estas abordagens é a de alocarem indistintamente a todos os equipamentos coletivos, considerados neste caso como um todo homogêneo, a mesma função de dominação-repressão, o mesmo estatuto de aparelho ideológico do Estado, isto é, o mesmo modo de determinação unívoco como expressão dos interesses (políticos e ideológicos, sobretudo) da classe dominante

Além das abordagens que Preteceille identificou, seguidas das abordagens que Lojkin (1979), ele próprio (1983) e Jaramillo (1986) fazem a partir da teoria marxista, ainda podemos apontar outra: a perspectiva do bem coletivo (HARVEY, 1980). Essa vertente nos traz preocupações em relação à ampla compreensão teórica e metodológica da produção do espaço urbano e a disponibilização dos meios de consumo coletivo urbanos. Cabe a nós, ainda que não exaustivamente, apontar como essa perspectiva é circunscrita no processo de produção socioespacial.

Um primeiro risco que tal perspectiva poderia oferecer refere-se ao fato de serem os meios de consumo coletivo importantes organizadores e indicadores sociais e territoriais, já que, apesar de sua ausência expressar muitos problemas urbanos, esses deverão ser tomados enquanto dinâmicas e processos que levam à conformação desses problemas, avaliando-se quais desdobramentos isso pode acarretar a cada cidade, conforme sua condição socioespacial e as dinâmicas advindas das dimensões política, econômica e técnica na forma de distribuição das infra-estruturas, dos equipamentos e dos serviços urbanos.

No processo de produção da cidade, a criação de novos espaços a serem consumidos, articula a sociedade ao conteúdo territorial dos espaços que produz e dos quais se apropria, ou seja, ao se criarem novas áreas, produzem-se novas necessidades individuais e coletivas.

Quanto mais se adensa a cidade, apesar da relevante presença de meios de consumo coletivo, convém destacarmos, assim como Santos (1994), que apenas uma parte da sociedade e da economia dispõe de poder no direcionamento da distribuição dos meios de consumo coletivo, isso porque esses meios foram tomados, pelo processo de produção capitalista, por seu valor de troca, que significou inserir as infra-estruturas, os equipamentos e os serviços urbanos no âmbito da produção e do consumo (SANTOS, 1994, p. 141).

Sendo assim, como afirmamos, eles expressam a desigualdade socioespacial urbana, tendo em vista que o substrato urbano é fruto das interações entre a base material e as relações sociais. Porém, seria um risco epistemológico dizer que o substrato urbano é resultado muito mais das determinações de uma ou de outra e, por isso, de nosso ponto de vista, considerar as interações entre ambas trará maior amplitude à compreensão do processo de produção espaço urbano, bem como às dinâmicas e aos processos a ele atinentes.

A perspectiva analítica dedicada às lógicas da produção capitalista do espaço, no entanto, tende a demonstrar com maior clareza as contradições geradas ao consumo dos meios coletivos urbanos, pois ela põe ao debate as contradições urbanas como a diferenciação socioespacial segmentada, que se reflete na morfologia urbana. Porém, no que tange à perspectiva de análise do “bem coletivo”, observa-se que essa subjuga as contradições da interação socioespacial, caindo no discurso do porvir, cujas abstrações permeiam um conjunto de idéias que podem causar interpretações reducionistas dos processos contraditórios encontrados na espacialização dos meios de consumo coletivo urbanos, com uma análise muito direcionada às expectativas de igualdade socioespacial, o que, em parte, torna menos inteligível, em âmbito teórico e empírico, o caminho

para o debate sobre as contradições e as desigualdades socioespaciais geradas no âmbito do modo capitalista de produção, porém impressa e expressa em diferentes condições em cada cidade, seja pela forma como foi produzida, segundo decisões tomadas na escala local, seja pelo fato de serem essas cidades pequenas, médias ou grandes.

A perspectiva de análise do bem coletivo refere-se ao direito às necessidades básicas urbanas, podendo, conforme o direcionamento da análise, subverter as contradições ocorrentes na produção do espaço urbano. Apesar de alguns dos meios de consumo possuir característica de coletivo, já que devem ser implantados e distribuídos para toda a população urbana, na lógica capitalista de produção do espaço urbano o coletivo designa apenas, aquilo que é utilizado por muitos, porém não necessariamente por todos. Isto porque a distribuição das infra-estruturas, dos equipamentos e dos serviços, no processo de produção do solo urbano, tornou-se bem balizador da relação entre o valor de troca e o valor de uso, assim como, também, decorre dessa relação.

Lojkine (1981, p. 161) associou a relação de valores de troca e de uso com a teoria do bem coletivo afirmando que:

O erro da teoria do “bem coletivo” é de ter suprimido a contradição valor de uso/valor, ao reduzir os equipamentos coletivos apenas ao seu valor, isto é, apenas à sua medida social pelo tempo de trabalho abstrato; erro correlativo seria o de só considerar o caráter indivisível e coletivo dos “bens coletivos” fazendo abstração das relações sociais capitalistas que modificam seu valor de uso para integrá-los na produção mercantil.

A perspectiva do bem coletivo, em concordância com os apontamentos de Lojkine, é incompatível com uma análise sincera das contradições atinentes à relação entre a produção do solo e o consumo de meios coletivos urbanos. A presença ou ausência de infra-estruturas, de equipamentos ou de serviços urbanos gera nuances no modo de vida urbano, pois dão condições à habitabilidade coletiva urbana que acontece nas ruas, numa praça, num parque, numa creche, num centro de saúde, ou seja, em muitos meios de consumo coletivo capazes de proporcionar a vida urbana, além do convívio no âmbito da casa.

No entanto, essa habitabilidade coletiva na cidade pode ser interferida pelo fato de os meios de consumo coletivo terem sido tomados como uma mercadoria que, mesmo reservando suas diferenças com os objetos produzidos para o consumo individual, ainda sim são absorvidos pelo mercado imobiliário urbano que os submetem sob seus interesses capitalistas, movimento que aponta a impossibilidade de observarmos as cidades, do ponto de vista científico, enquanto um ambiente do bem coletivo. Essa perspectiva nos levaria a um discurso reducionista e bastante saudosista ao tratarmos a dimensão da coletividade, já que nossa perspectiva analítica tem compromisso com a crítica das contradições ocorrentes no urbano.

No entanto, é importante destacar que, mesmo assumindo os meios coletivos urbanos como um dos balizadores do valor de troca do solo urbano, devemos ser cautelosos ao interpretá-los como geradores de lucro na produção da cidade. Equipar o solo urbano para comercializá-lo é condição básica, já que o preço de uma gleba pode, e muito, depender do grau de dotação de infra-estruturas, de equipamentos e de serviços urbanos que, se implantados, podem aumentar a margem de lucro do loteador. Mas isso depende do padrão socioeconômico a que se destina o loteamento, pois, em áreas onde os lotes podem ser comercializados mediante altos preços, os gastos com a implantação dos meios de consumo coletivo, considerados altos tanto pelos loteadores como pelo poder público¹ tendem a ser revertidos ao loteador na venda dos lotes. Além disso, segundo Singer (1982, p. 24), pode ocorrer que a “valorização da gleba” seja “antecipada em função de mudanças na estrutura urbana que ainda estão por acontecer e por isso o especulador se dispõe a esperar um determinado período, que pode ser bastante longo, até que as condições propícias se tenham realizado”.

¹ Em todas as entrevistas com membros do poder público, foi destacado que a implantação de meios de consumo coletivo, necessários e exigidos anteriormente à venda dos lotes, demanda gastos exorbitantes, sendo que, quando se trata de um loteamento destinado à população de baixa renda, tenta-se, de muitas maneiras, não implantá-los ou reduzir a sua densidade de implantação.

A condição atual de estruturação do espaço urbano de Bauru demonstra, claramente, este jogo de forças, pois os inúmeros loteamentos implantados ao longo da expansão territorial da cidade, configuraram um quadro de carência de meios de consumo coletivo, já que, pautado na lógica capitalista de produção do espaço urbano, principalmente nos períodos em que a estrutura jurídica ainda não dispunha de instrumentos à regulação das lógicas de atuação dos agentes do mercado imobiliário urbano, muitas das infra-estruturas, dos equipamentos e dos serviços urbanos foram implantados somente após a ocupação dos loteamentos, sendo que algumas, como a rede de drenagem pluvial e a de pavimentação, ainda inexistem em muitos bairros de Bauru, como veremos à frente.

Por isso, ao explicitarmos a origem do debate sobre a teoria dos meios de consumo coletivo, devemos avançar na hipótese de demonstrarmos a complexidade advinda das interações socioespaciais dadas no processo de produção do espaço urbano em Bauru. É a partir desse processo e de seus períodos de mudanças, tanto das dinâmicas como de sua morfologia, que direcionaremos nosso debate no que tange à produção do espaço urbano em suas relações com as condições gerais de produção e aos meios de consumo urbanos que se configuram como coletivos.

Morfologia da cidade de Bauru: condições atuais

Diante do debate que expomos até o momento, faz-se necessário demonstrar, a partir da análise empírica das condições atuais de espacialização dos meios de consumo coletivo na cidade de Bauru, como, no processo de produção do espaço urbano, outros fatores, além daqueles de caráter diretamente associados ao preço do solo urbano, podem surgir quando valorizamos a perspectiva da produção do espaço urbano e as dinâmicas envolventes na alocação de meios de consumo coletivo na cidade.

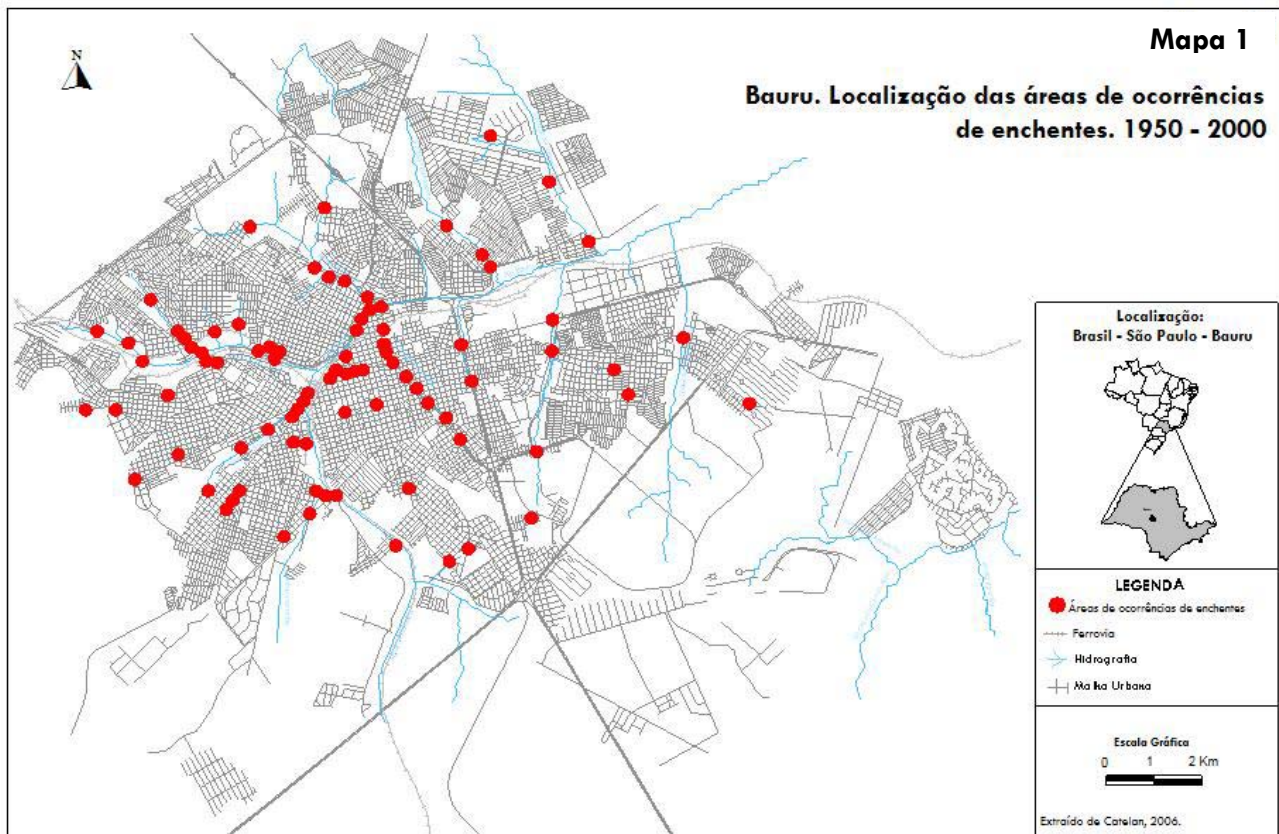
O espaço urbano de Bauru convive, atualmente, com muitos problemas associados à ausência de meios de consumo coletivo suficientes para proporcionar um ambiente de bem-estar à população em muitas áreas da cidade: as enchentes (como podemos observar no mapa 1); as erosões em vias sem pavimentação e com pavimentação; além da ausência ou deficiência de infra-estruturas, como a pavimentação, as galerias pluviais, as bocas-de-lobo, os equipamentos, como as áreas de lazer e os centros de saúde, e serviços, como a limpeza de áreas públicas. Todos esses podem ser indicados como os principais problemas decorrentes da insuficiente disponibilização de meios de consumo coletivo².

O mapa 1 demonstra a existência de 85 áreas de ocorrência de alagamentos, desde áreas cujo problema advém do subdimensionamento da rede de drenagem pluvial até áreas cujo problema se apresenta mais simples, como o entupimento das bocas-de-lobo, o que, porém, causa transtornos para a população que reside naquele local onde a água escoar pela via ou se concentra nela.

As bocas-de-lobo e as galerias pluviais, infra-estruturas que compõem a rede de drenagem pluvial, no entanto, mesmo apresentando um déficit bastante acentuado na cidade, déficit que fez surgir pelo menos 85 áreas de ocorrências de enchentes em Bauru visualizadas no mapa 1, as quais identificamos em trabalho anterior³, foram lembradas poucas vezes. As primeiras foram citadas 17 vezes e as galerias pluviais apenas 3 vezes em todo universo de nossa amostragem para aplicação dos questionários (379 questionários). Devemos considerar que os dados referentes a essas infra-estruturas devem ser relativizados, pois a problemática que caracteriza a carência dessas infra-estruturas – a ocorrência de áreas de enchentes – somente faz o problema vir à tona em períodos de chuvas intensas, tendo em vista que principalmente as galerias pluviais são implantadas no subterrâneo da cidade.

² Os meios de consumo coletivo citados são aqueles de maior carência em todas as áreas da cidade que visitamos em nossos trabalhos de campo.

³ O Mapa 1 foi extraído de resultados apresentados em pesquisa anterior, cujas áreas de ocorrências de alagamento variavam em complexidade conforme a estruturação e a forma do sítio urbano. Cf. CATELAN, Márcio José. **Expansão territorial urbana e enchentes em Bauru**. 2008. 104 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente.

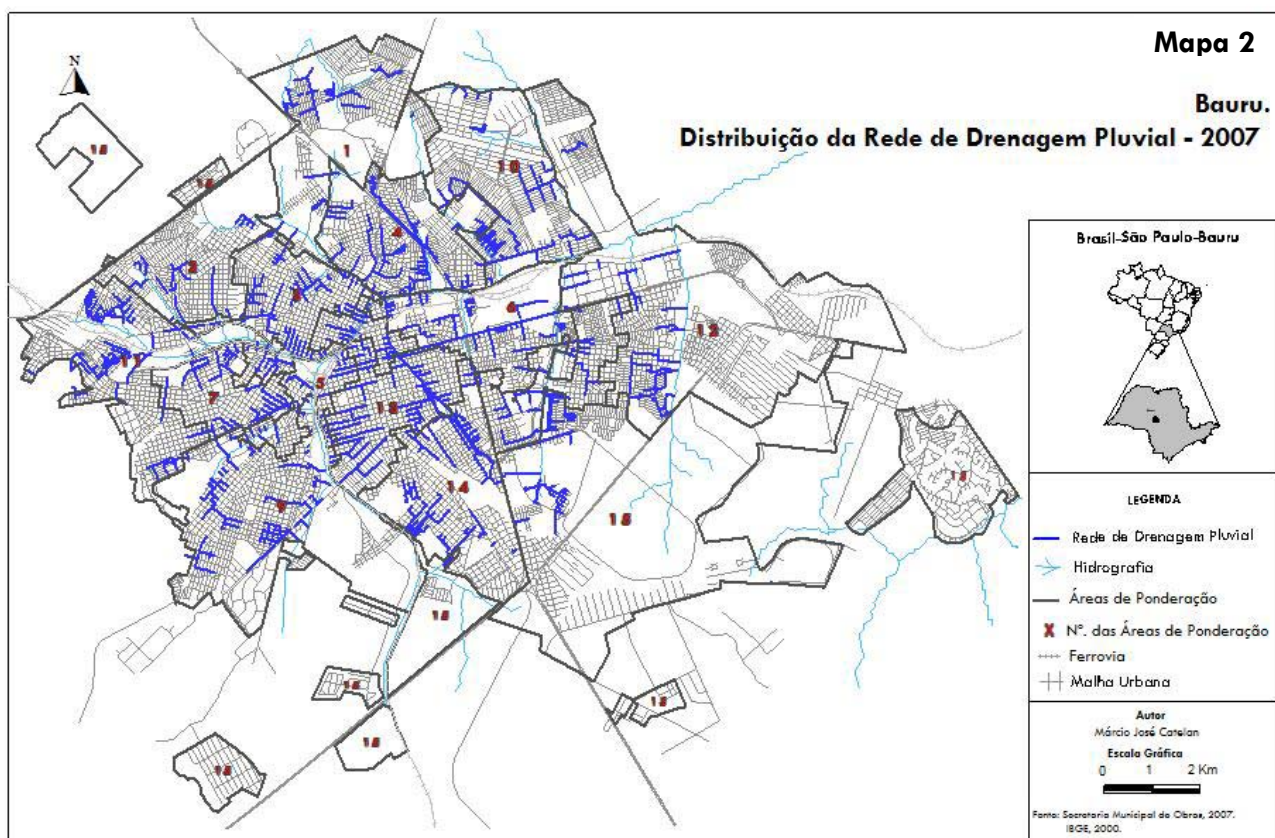


A nosso ver, isso decorre do fato de essas infra-estruturas, principalmente as galerias pluviais, serem implantadas no subterrâneo da cidade, e por isso, não podem ser visualizadas cotidianamente pela população. Ainda devemos destacar que, em nenhum momento, a população se referiu à ausência ou à insuficiência de bocas-de-lobo, mas sim ao problema causado pela presença de resíduos como lixo residencial e outros deixados nas vias que, em momentos de chuva, são carregados até elas.

Tendo em vista a problemática gerada pelas disparidades infra-estruturais na cidade de Bauru, tomamos como uma importante variável à nossa análise a densidade infra-estrutural do espaço urbano de Bauru. O mapa 2 mostra a condição atual da distribuição da rede de drenagem pluvial na cidade. Podemos observar que a densidade dessa rede decresce a partir da área central em direção às áreas periféricas. Do ponto de vista técnico, essa observação é de menor importância, pois a rede de drenagem deve ser analisada, também, conforme as condições geomorfológicas⁴, as condições da rede fluvial (bacias e sub-bacias hidrográficas) e a densidade de construções e impermeabilizações nas áreas urbanas. No entanto, no que se refere à dimensão social, a densidade decrescente da rede adquire significado maior à medida que demonstra ainda um padrão socioeconômico segmentado, de acordo com o padrão tradicional de centro-periferia.

Podemos ver, também, no mapa 2, que a rede de drenagem, na maior parte dos bairros, é mais densa nas porções topograficamente localizadas mais próximas dos córregos, definida por meios de cálculos que buscaram reduzir ao máximo a quantidade de bocas-de-lobo, das caixas-de-centro e da tubulação na parte superior das vertentes, causando intenso escoamento das águas pluviais na superfície das vias.

⁴ Utilizamos o termo “geomorfológico”, ao invés de “topográfico”, adotando um conceito geográfico que possibilita considerar não apenas a superfície, mas também as dinâmicas e processos que a engendram, de modo a se avaliar as relações entre forma e conteúdo do espaço “natural”, bem como a apropriação desse espaço por parte da sociedade.



Com isso, quando o fluxo de água chega até a primeira boca-de-lobo, já possui grande quantidade de água que escoar em velocidade dependente da inclinação das vertentes, podendo, quando esta velocidade é excessiva, causar o rompimento das estruturas da rede de drenagem e também da pavimentação, seguido de erosões de grande porte ao longo das vias, principalmente naquelas vias sem pavimentação.

Esse modelo é o principal causador de áreas de ocorrência de alagamentos e erosões em muitas das cidades brasileiras, tendo em vista que se priorizam nas decisões, no momento de implantação de tais infra-estruturas, os gastos que estas poderão gerar, conforme a quantidade de infra-estruturas que serão implantadas, reforçando o debate já apontado sobre a distinção entre as dimensões política, econômica e técnica no planejamento e na gestão dos espaços urbanos e, também, dos meios de consumo coletivo.

A problemática advinda da ausência ou do modo como se definem as áreas onde serão implantadas tais infra-estruturas ainda passa pela negação de outra dinâmica de extrema importância que é a dinâmica natural do escoamento das águas pluviais. Diante desse enfrentamento, apontamos, em trabalho anterior,

uma redução dos elementos naturais em detrimento do “sucesso” dos espaços construídos na vida urbana. [...] A produção e a apropriação do espaço ocorrem, na maioria das vezes, de maneira desvinculada às respostas dos fenômenos naturais. As enchentes são uma dessas formas de respostas. Ao canalizar os córregos, construir sobre ou às margens, avenidas, parques, loteamentos, impermeabilizando gradativamente o solo, altera-se a dinâmica natural do escoamento das águas fluviais e pluviais (CATELAN, 2006, p. 19).

Além da negação da dinâmica natural de ocorrência de períodos chuvosos (que demandaria pesquisa que indicasse um dimensionamento da rede de drenagem pluvial de acordo com o índice pluviométrico dos períodos mais chuvosos, nas escalas do micro e do macroclima), o

tipo de solo caracterizado como arenoso é propenso à erosão nas vias, pavimentadas ou não, nos vazios urbanos ou mesmo no leito dos córregos presentes na área urbana⁵.

Em Bauru, a produção do espaço foi direcionada também por decisões do poder público local, que relegou ao segundo plano a implantação das infra-estruturas necessárias a disciplinar o escoamento das águas pluviais. Este último fator se deve à tardia aprovação de leis necessárias ao ordenamento do espaço urbano, além da capacidade e “vontade” dos responsáveis pelos órgãos e atribuições ao planejamento urbano em fazer valer essas leis frente ao processo de especulação imobiliária.

As Áreas de Ponderação⁶ 1, 2, 9, 10, 11, 12 e 15 compreendem bairros periféricos distantes do centro comercial, cujos loteamentos que o geraram foram aprovados entre as décadas de 1950 e 1970, sendo que a maioria permaneceu como reserva de lotes por muitos anos. As práticas relativas à aprovação desses projetos, muitas vezes, vêm seguidas de pressões, por parte dos proprietários de glebas, incorporadores e corretores, na direção de fazer com que a Prefeitura Municipal de Bauru leve até esses loteamentos as infra-estruturas, produzindo ainda vazios urbanos, os quais, mais tarde, foram comercializados a altos preços no mercado imobiliário, já que estavam completamente inseridos na área urbana e seriam facilmente servidos pelos meios de consumo coletivo sem muito ônus para seus loteadores.

Segundo Alves (2001, p. 106), os loteadores, além de produzirem os grandes vazios urbanos,

apercebendo da omissão e negligência do poder municipal sobre o controle da expansão urbana os loteadores de terras com essas características, direcionam racionalmente as vendas de lotes, de forma não a concentrar essas vendas começando por uma região e depois outra e assim por diante, mas ao contrário, mantendo sob seu domínio lotes vazios entre aqueles já vendidos, como forma de, na medida que esses adensamento cresçam, os próprios loteadores estimulavam a organização popular para que os seus moradores pressionassem o poder público municipal para a realização de infra-estruturas.

A ausência de normas técnicas e de fiscalização, também contribuiu para a configuração de uma rede de drenagem pluvial deficiente, tal como observamos no mapa 2, pois, além de muitos loteamentos serem implantados sem a rede de drenagem pluvial, há outro problema bastante presente, principalmente onde a tubulação das galerias pluviais é mais antiga: trata-se do subdimensionamento delas, pois não suportam mais o montante de água pluvial que escoam das vias para as bocas-de-lobo, volume aumentado conforme cresce a densidade de impermeabilização do solo, causando, principalmente nessas áreas, pontos de ocorrência de alagamentos.

Essa ausência ou insuficiência dos meios de consumo coletivo, para a vida urbana, se expressa de modo contraditório nas observações feitas pelos entrevistados. Fazemos essa afirmação porque, em nossa aproximação empírica com a realidade urbana em Bauru, as galerias pluviais e bocas-de-lobo, principais componentes da rede de drenagem pluvial, não apareceram como meios de consumo coletivo mais presentes na preocupação cotidiana da população da cidade, mesmo nas áreas de maiores problemas com escoamento das águas pluviais.

Do subterrâneo da cidade, na acepção objetiva e subjetiva do termo, surgem as contradições atinentes ao conceito e ao processo de consumo dos meios coletivos. Ambas as acepções, possuem, em seus conteúdos, ambigüidades em muitos dos pontos que identificamos ao

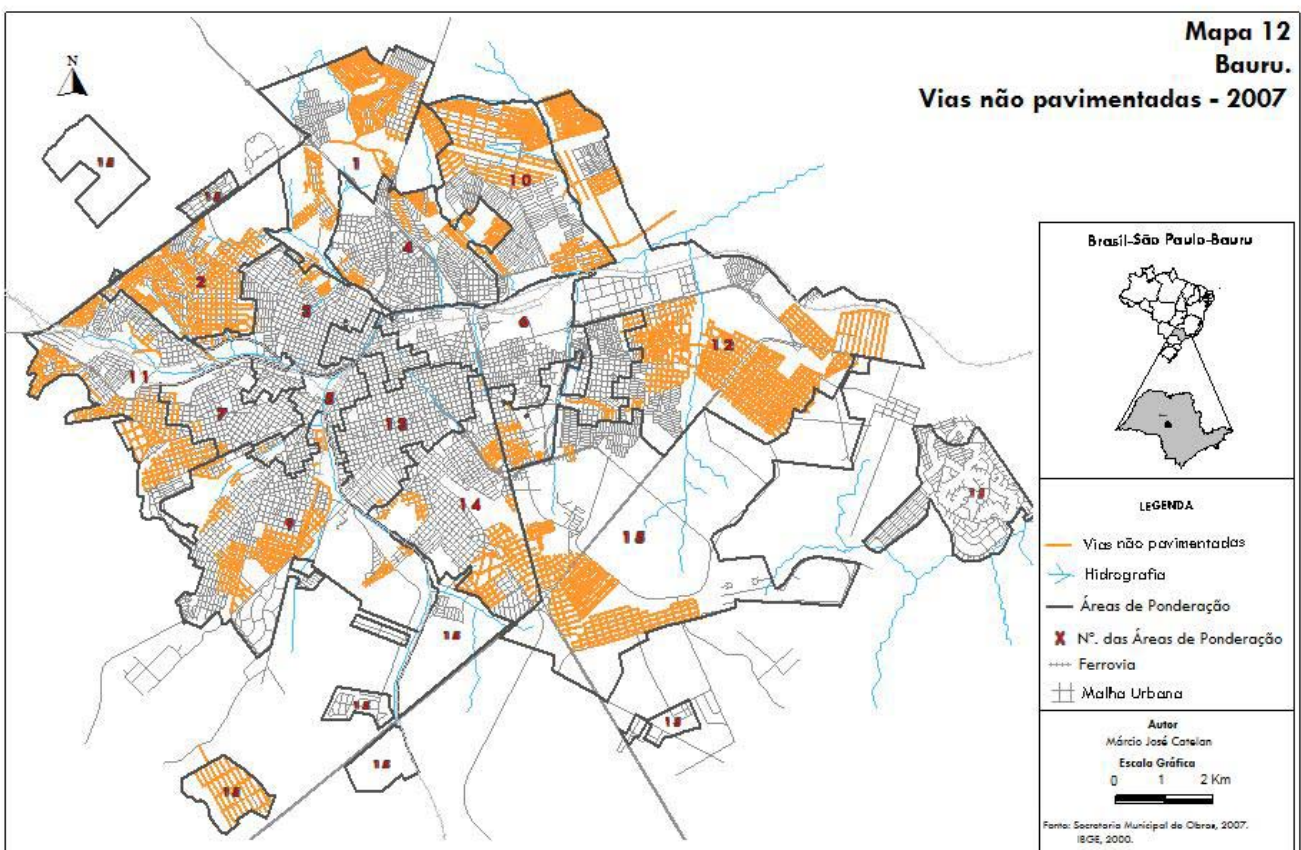
⁵ No caso de Bauru, análises geomorfológicas comprovam a ocorrência de um solo arenoso, portanto, propenso à erosão, quando desprovido de cobertura vegetal ou artificial (informações obtidas junto aos estudos da Prefeitura Municipal de Bauru).

⁶ As Áreas de Ponderação são unidades territoriais que agrupam os setores censitários (unidades territoriais que agrupam setores da cidade de acordo com as condições socioeconômicas) definidos por meio dos censos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Ao tomarmos como recorte territorial, as áreas de ponderação, assumimos o problema gerado por elas que se refere ao agrupamento de setores censitários de diferentes segmentos sociais. No entanto, para nosso trabalho, esse recorte foi tomado mais como apoio no momento dos trabalhos de campo, sendo que a escolha das áreas onde aplicamos os questionários deuse, primeiramente, por uma análise da densidade infra-estrutural, dada pelo mapeamento dos meios de consumo coletivo escolhidos em nossa análise.

adotarmos os procedimentos metodológicos que sustentaram a pesquisa realizada: os meios de consumo coletivo urbanos alocados no subsolo e as deficiências causadas pela necessidade deles não apareceram como reivindicações, além de esses meios não aparecerem como símbolos de trabalho das gestões, diferentemente de uma praça, um parque ou até mesmo a pavimentação.

Além disso, a problemática oriunda da ausência e deficiência da rede de drenagem pluvial deve ser compreendida juntamente com a espacialização e forma como foi disponibilizada a pavimentação das vias públicas. Os problemas urbanos decorrentes da ausência ou insuficiência dessas infra-estruturas expressam como foram direcionadas as práticas da gestão e do planejamento urbanos, o deficiente corpo legislativo, as alianças do poder público local e especuladores imobiliários que facilitaram a implantação de loteamentos com a ausência dessas infra-estruturas etc. (ALVES, 2001). A densidade infra-estrutural do subterrâneo da cidade, além de não ser suficiente para receber o montante de água pluvial, deu-se em desacordo com a densidade infra-estrutural da superfície, nos momentos de implantação da rede de pavimentação.

O mapa 3 nos confirmará as dificuldades e os problemas originados das concepções adotadas por órgãos de planejamento e de gestão urbanos. Observando-o, podemos perceber o enorme círculo formado a partir dos bairros presentes na borda do tecido urbano de Bauru, que não possuem asfalto nas vias públicas. Podemos citar as mesmas áreas que apontamos quando tratávamos da ausência da rede de drenagem pluvial – as áreas de ponderação 1, 2, 9, 10, 11, 12 e 15 – como correspondentes, também, ao olharmos a distribuição da pavimentação.



A maioria dos bairros foi implantada pelos agentes privados, passando pela aprovação técnica e jurídica dos órgãos responsáveis da Prefeitura Municipal, mesmo com a ausência de infra-estruturas como a pavimentação, também nas Zonas Sul, Sudeste e Sudoeste, áreas de crescente especulação imobiliária, ainda que seja menor a quantidade de bairros dessas áreas com ausência das infra-estruturas mapeadas, lembrando que a possibilidade do poder público levar infra-

estruturas a esses bairros é muito maior do que naqueles cuja população possui menor poder aquisitivo.

A ausência de pavimentação, em muitos desses bairros, explica-se por terem sido aprovados, sobretudo, nas décadas de 1950, 1960 e 1970 e ocupados somente a partir da década de 1980. Assim, as muitas gestões dos períodos de aprovação dos loteamentos, bem como aquelas do período de ocupação, não buscaram recursos para implantação das redes de drenagem pluvial e de pavimentação das vias públicas, acarretando um quadro complexo no que tange à deficiência desses meios de consumo coletivo no espaço urbano de Bauru.

Esse quadro de deficiência das redes de drenagem pluvial e de pavimentação, bem como a deficiência de outros meios de consumo coletivo como centros e serviços de saúde, creches e escolas, gerou desdobramentos que nos apontam resultados inerentes à valorização da hipótese trabalhada anteriormente, referente à busca por um debate que somente se enriqueceria com a associação e compreensão dos conceitos de produção do espaço urbano e o de meios de consumo coletivo.

Considerações Finais

Já podemos reconhecer, à luz da interação dada por tais conceitos, um diálogo que poderá sustentar pesquisas em que os meios de consumo coletivo serão tomados como variáveis do processo de produção do espaço urbano. Sendo assim, os meios de consumo coletivo, apesar de expressarem a condição espacial de uma cidade, devem ser analisados conjuntamente com outras variáveis, sobretudo aquelas referentes às condições socioeconômicas como a renda, na tentativa de observarmos como eles foram distribuídos e de quais dinâmicas decorrem essa distribuição que é desigual no espaço urbano de Bauru.

Com isso, ao demonstrarmos o enfoque que adotamos para a compreensão das dinâmicas dadas na alocação das infra-estruturas, dos equipamentos e dos serviços urbanos no processo de produção da cidade, bem como a distribuição das redes de drenagem pluvial e de pavimentação em Bauru, tivemos como intenção ampliar o horizonte teórico e metodológico no que se refere aos estudos espaciais dedicados às dinâmicas associadas à disponibilização dos meios de consumo caracterizados pelo uso coletivo na cidade. O debate encontrado no início desse texto vem retomar a discussão em torno deles que, não devem ser reduzidos a apenas objetos urbanos estruturantes da cidade e, tão pouco, serem tomados apenas numa perspectiva que priorize dinâmicas que dão a eles a característica de meios de consumo por seu valor de troca.

É importante frisar, neste fim de texto, que nossa proposição foi a de buscar a caracterização teórica dos meios de consumo coletivo no processo de produção do espaço urbano de Bauru a partir de algumas de suas dinâmicas, não nos limitando apenas classificá-los sob a perspectiva do valor de troca, minimizando a importância desses meios no desenrolar da vida urbana que não se constitui apenas em uma dimensão mas sim, pela interrelação entre as dimensões econômicas, política, social etc.. Além disso, buscamos iniciar um debate de articulação entre perspectivas teórico-metodológicas dedicadas ao estudo da produção social dos espaços urbanos em que os meios de consumo coletivo podem ser tomados como caminho para uma análise da morfologia e das dinâmicas constituintes da cidade.

Referências Bibliográficas

ALVES, José Xaides de Sampaio. **Voçorocas do Poder Público: na Lei, Forma e Gestão Urbana na “Cidade Sem Limites”**. 2004, 291 f, Tese (Doutorado), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BRAGA, Benedito; TOZZI, Marcos; TUCCI, Carlos. **Drenagem Urbana: Gerenciamento, simulação e Controle**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Associação Brasileira de Recursos Hídricos, 1998.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A urbanização da sociedade: questões para o debate. In: OLIVEIRA, Márcio Piñon de; COELHO, Maria Célia Nunes; CORRÊA, Aureanice de Mello (Org.). **O Brasil, a América Latina e o Mundo: espacialidades contemporâneas (II)**. Rio de Janeiro: Lamparina/FAPERJ/ANPEGE, 2008. P. 49-60.

CATELAN, Márcio José. **Expansão Territorial Urbana e Enchentes em Bauru: Os limites da “Cidade Sem Limites”**. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

_____. **Produção do Espaço Urbano: do subterrâneo à superfície**. 2008. 137 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. Editora Ática, 1989.

FERNANDES, Silvia Aparecida de Sousa. Territorialização das Políticas **Habitacionais em Bauru e Presidente Prudente**. A atuação da CDHU, Cohab-CRHS e Cohab-Bauru. 1998, 251 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente.

HARVEY, David. **A Justiça Social e a Cidade**. São Paulo: Hucitec, 1989.

_____. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

JARAMILLO, Samuel. Crise dos Meios de Consumo Coletivo Urbano e Capitalismo Periférico. **Revista Espaço e Debates**, São Paulo, v.6, n.18, p. 19-39, 1986.

LEME, Ricardo Carvalho. **Expansão territorial e preço do solo urbano nas cidades de Bauru, Marília e Presidente Prudente**. 1999, 289f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista de Presidente Prudente. Presidente Prudente.

LEFEBVRE, Henri. Entrevista. **Revista Espaço e Debates**. São Paulo, v.10, n.30, p. 61-70, 1990.

_____. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999

_____. **A Vida Cotidiana no Mundo Moderno**. São Paulo, 1991.

_____. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

LENCIONI, Sandra. **Condições Gerais de Produção: um conceito a ser recuperado para a compreensão das desigualdades de desenvolvimento regional**. Scripta Nova – Revista Eletrônica de Geografia y Ciências sociais, Barcelona, v. 11, n. 245, ago. de 2007. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/nova11.htm>> Acessado em 30 de agosto de 2008.

LOJKINE, Jean. O papel do Estado na Urbanização Capitalista - da política estatal à política urbana. In: FORTI, Reginaldo (Org.). **Marxismo e Urbanismo Capitalista**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979, p. 15-51.

_____. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

LOSNAK, Célio José. **Polifonia Urbana: imagens e representações-Bauru 1950-1980**. Bauru: EDUSC,2004.

MACHADO, Lenira; SILVA, Ricardo Toledo. Serviços Urbanos em rede e controle público do subsolo: novos desafios à gestão urbana. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.1, n. 15, p. 102-111, 2001.

MASCARÓ, Juan Luis; YOSHINAGA, Mário. **Infra-estrutura Urbana**. Porto Alegre. Editora Masquatro, 2005.

MELAZZO, Everaldo Santos. **Padrões de desigualdade em cidades paulistas de porte médio: a agenda das políticas públicas em disputa**. 2006. 222f. Tese (Doutorado em Geografia)- Programa de pós-graduação em geografia. Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU. **Plano Diretor-1996**. Bauru: Secretaria de Planejamento, 1996.

PRETECEILLE, Edmond. Equipamentos Coletivos e Consumo Social. In: **A questão urbana e os serviços públicos**. Série Estudos. Série Estudos Fundap, nº 1, ano 1, p. 41-53, 1983.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

- _____. **Por uma Economia Política da Cidade**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SINGER, Paul. **Curso de Introdução à Economia Política**. Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária, 1975.
- _____. **Economia Política da Urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **O Chão em Presidente**: a lógica da expansão territorial urbana. 1983, 230f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - IGCL - Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.
- _____. **O Chão em Pedacos**: Urbanização, Economia e Cidades no Estado de São Paulo. 2005. 508 f. Tese (Livre Docência) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente..
- _____. (et al). Um estudo das Cidades Médias Brasileiras: uma proposta metodológica. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org). **Cidades Médias**: Espaços em Transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- VILLAÇA, Flávio. A Terra como Capital (ou Terra-localização). **Revista Espaço e Debates**, São Paulo, n. 16, p. 5-14, S/mês e ano.
- _____. **O Espaço Intra-urbano**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP:Lincoln Institute, 2001.